

CÂMARA DOS DEPUTADOS
REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº DE 2025
(Do Sr. Luciano Zucco e outros)

Requer informações ao Ministério da Fazenda sobre o impacto orçamentário da decisão do Governo Federal de zerar as alíquotas de importação de diversos produtos alimentícios, considerando os possíveis prejuízos à arrecadação pública, à competitividade do agronegócio brasileiro e à economia nacional.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Ministério da Fazenda o presente REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES, solicitando esclarecimentos acerca do impacto orçamentário da decisão do Governo Federal de zerar as alíquotas de importação de diversos produtos alimentícios.

JUSTIFICATIVA

O Governo Federal anunciou recentemente a redução a zero das alíquotas de importação de dez produtos alimentícios, sob a justificativa de conter a inflação e reduzir o preço dos alimentos. No entanto, a referida medida levanta sérias preocupações do ponto de vista econômico e fiscal, uma vez que se trata de uma ação intervencionista no mercado que pode gerar distorções na economia, prejudicar o agronegócio brasileiro e, ao mesmo tempo, comprometer a arrecadação pública.

A inflação dos alimentos no Brasil não decorre da ausência de oferta ou da falta de competitividade da produção nacional, mas sim da política econômica equivocada do próprio governo, que mantém uma postura irresponsável em relação ao equilíbrio fiscal, aumentando os gastos públicos sem controle, o que gera desvalorização da moeda e, consequentemente, encarece os alimentos. Ao invés de adotar medidas estruturantes para corrigir esses problemas, o governo opta por ações imediatistas que podem, a médio e longo prazo, agravar a situação econômica do país.

Além disso, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) já se manifestou publicamente contra essa medida, destacando que ela não traz benefícios ao setor agropecuario brasileiro e ainda prejudica a competitividade dos produtores nacionais. O agronegócio brasileiro, que é um dos pilares da economia nacional, continua arcando com uma alta carga tributária e um ambiente regulatório desfavorável, enquanto os produtos importados agora entram no país sem qualquer tributação.

Outro fator preocupante é a total ausência de transparência quanto ao real impacto fiscal dessa medida. O próprio vice-presidente da República admitiu publicamente que “é muito difícil mencionar o impacto orçamentário” dessa decisão para os cofres públicos, o que reforça a necessidade de um esclarecimento formal por parte do Ministério da Fazenda.



Dessa forma, considerando o princípio da transparência na administração pública e a necessidade de avaliar os impactos dessa decisão na arrecadação federal e na economia do país, solicitamos ao Ministério da Fazenda as seguintes informações:

1. Qual o impacto deflacionário estimado em cada um dos produtos alimentícios beneficiados por essa medida de isenção das alíquotas de importação?
2. Quais foram os estudos técnicos realizados pelo governo para embasar essa decisão? Solicitamos a íntegra desses estudos.
3. Houve algum estudo de impacto econômico para o agronegócio nacional? Em caso afirmativo, quais foram os resultados?
4. Qual a previsão de renúncia fiscal decorrente dessa medida para os anos de 2025 e 2026?
5. Há previsão de medidas compensatórias para os produtores rurais brasileiros que serão prejudicados pela entrada de produtos estrangeiros sem tributação?
6. Considerando que o próprio vice-presidente da República declarou que é difícil mensurar o impacto financeiro dessa decisão, quais critérios foram utilizados para justificar a sua adoção?
7. Tendo em vista os questionamentos dos itens 1 e 4, o benefício econômico da medida, pela redução de preços dos alimentos, será superior ao custo fiscal, decorrentes das isenções?

Requer-se, portanto, que esta Casa registre sua posição de vigilância sobre essa medida e encaminhe este requerimento ao Ministério da Fazenda para que os devidos esclarecimentos sejam prestados.

Sala das Sessões, em março de 2025.

Luciano Zucco (PL/RS)

Líder da Oposição na Câmara dos Deputados





Requerimento de Informação **(Do Sr. Zucco)**

Requer informações ao Ministério da Fazenda sobre o impacto orçamentário da decisão do Governo Federal de zerar as alíquotas de importação de diversos produtos alimentícios, considerando os possíveis prejuízos à arrecadação pública, à competitividade do agronegócio brasileiro e à economia nacional.

Assinaram eletronicamente o documento CD251662248600, nesta ordem:

- 1 Dep. Zucco (PL/RS)
- 2 Dep. Coronel Assis (UNIÃO/MT)
- 3 Dep. Zé Trovão (PL/SC)
- 4 Dep. Junio Amaral (PL/MG)
- 5 Dep. Sargento Fahur (PSD/PR)
- 6 Dep. Coronel Chrisóstomo (PL/RO)
- 7 Dep. Pedro Lupion (PP/PR)
- 8 Dep. Gustavo Gayer (PL/GO)
- 9 Dep. Osmar Terra (MDB/RS)
- 10 Dep. Capitão Alden (PL/BA)
- 11 Dep. Silvia Waiãpi (PL/AP)
- 12 Dep. Delegado Ramagem (PL/RJ)
- 13 Dep. Raimundo Santos (PSD/PA)
- 14 Dep. Delegado Caveira (PL/PA)
- 15 Dep. Delegado Paulo Bilynskyj (PL/SP)
- 16 Dep. Carlos Jordy (PL/RJ)
- 17 Dep. Evair Vieira de Melo (PP/ES)
- 18 Dep. Rodolfo Nogueira (PL/MS)
- 19 Dep. Pezenti (MDB/SC)



- 20 Dep. Cabo Gilberto Silva (PL/PB)
- 21 Dep. Mario Frias (PL/SP)
- 22 Dep. Daniel Agrobom (PL/GO)
- 23 Dep. Bia Kicis (PL/DF)
- 24 Dep. Mauricio do Vôlei (PL/MG)
- 25 Dep. Messias Donato (REPUBLIC/ES)
- 26 Dep. Sanderson (PL/RS)
- 27 Dep. Julia Zanatta (PL/SC)

